

**CULTURA E RETÓRICA NO GOVERNO DE D JOÃO VI:
ASPECTOS SOBRE A CONCEPÇÃO DE IMPRENSA DA GAZETA
DO RIO DE JANEIRO (1808 -1821)**

**CULTURE AND RHETORIC UNDER D. JOÃO VI GOVERNMENT:
ASPECTS ABOUT GAZETA DO RIO DE JANEIRO'S UNDERSTANDING OF PRESS**

Juliana Gesuelli MEIRELLES*

RESUMO

Este artigo analisa importantes aspectos da vida sociopolítica da monarquia luso-brasileira no período em que D. João VI esteve no Brasil e sua relação com o discurso jornalístico produzido pelo jornal oficial da corte, a Gazeta do Rio de Janeiro.

Palavras-Chaves: *Gazeta do Rio de Janeiro, D. João VI, retórica, redatores e sociedade joanina*

ABSTRACT

This article analyses the relations between some important points about social and political life of Brazil's monarchy under D. João VI period and journalism discourse delivered by Gazeta do Rio de Janeiro official newspaper.

Key-words: *Gazeta do Rio de Janeiro's newspaper, rhetoric, journalists, Brazilian society under D. João VI government.*

* Mestre em História pela Unicamp e Jornalista pela PUC-Campinas.

O Glorioso ato de Aclamação do Senhor Dom JOÃO SEXTO, Nosso Augusto Soberano, a Modelo dos Monarcas do Universo, anunciado na Gazeta precedente, vai hoje fixar as mais sérias atenções dos nossos Leitores e ser objeto de nossa narração ingênua e singela; desejando e rogando que a imperfeição do estilo supram a aqueles generosos sentimentos, que tão brilhantemente ostentaram no Dia 6 do corrente.¹

Aos generosos e constantes vivas, com que o povo aplaudira a S. M. Desde o afortunado momento, e, que O viu entrar na magnífica Varanda, Teatro de Sua Aclamação, vivas espontâneos e universais que demoraram aquela Augusta cerimônia e que com dificuldade se contiveram enquanto ela durou, sucederam brilhantes iluminações, e cenas mais tocantes que sabemos melhor sentir do que expressar.²

1. As festas reais na Corte de D. João VI.

As festas públicas da monarquia portuguesa, ocorridas no período joanino no Rio de Janeiro, foram eventos que circunscreviam um espaço destinado ao debate político e à interlocução social. Cada festejo constituía-se um momento único recriado sob condições particulares cujo intuito era enraizar os valores absolutistas legitimando o poder do rei. Nesse espaço de exteriorização das práticas monárquicas em que estavam intrínsecos os projetos políticos da realeza, a Aclamação de D. João VI teve importante destaque. A montagem da festa, afirma o historiador Emilio Carlos Rodrigues Lopes, “visava seduzir a população por meio da figura paternal do Rei, explorando a face amorosa do soberano”³ em meio à sua fragilidade decorrente dos movimentos revolucionários ocorridos em 1817 em Pernambuco e em Lisboa. Minuciosamente descrita pelos contemporâneos da época, essa festa foi também amplamente divulgada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em fevereiro de 1818, uma vez que tinha o propósito de marcar o momento de renovação do acordo entre o rei e seus súditos.⁴

Assim como a Aclamação de D. João VI, a leitura da *Gazeta do Rio de Janeiro* mostra-nos que a comunicação dos inúmeros dias festivos era um tema particularmente

contemplado na folha. Como podemos notar, o redator descrevia em detalhes os fatos: os sentidos da festa, as ocorrências cotidianas, os “usos” que fazia da pena e, principalmente, o olhar que ele esperava ser depreendido pelos súditos aos festejos reais. Segundo seu discurso, os vassallos participavam sempre de bom grado, reverenciando a força do rei e exaltando a monarquia. O que não esclarecia, no entanto, era que a presença dos vassallos nesses encontros públicos era obrigatória e tinha significados políticos. De acordo com Lopes, o luxo dos festejos públicos deveu-se à participação de diferenciados setores sociais tanto na organização quanto no financiamento e, na prática, “significava a possibilidade de ascensão social e de enobrecimento, além de consolidação e ampliação de espaços de poder já conquistados, como no caso da família Carneiro Leão e de outras famílias de nobres emigrados ou de negociantes de grosso trato que aqui residiam.”⁵

Além do mais, na regulamentação das Câmaras previam-se multas e punições para aqueles que não comparecessem aos festejos, o que gerava muito descontentamento. Os moradores eram forçados “a caiar e pavimentar as suas casas, por onde passariam os cortejos e procissões”⁶, sendo fiscalizados pelo Senado da Câmara.⁷ A importância dos festejos públicos era tamanha que a *Gazeta do Rio de Janeiro* produzia descrições minuciosas

¹ *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, 10 /02/1818, N° 2 (grifo nosso).

² *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, 16 /02/1818, N° 4.

³ LOPES, Emilio, *Festas Publicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações na Corte do Tio de Janeiro (1808-1822)*, Ed. Humanitas FFLCH/USP, São Paulo, 2004. Nesse estudo o historiador analisa os sentidos da Aclamação de D. João VI para a vida política da Corte pelo discurso da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e os relatos de Debret e Padre Perereca.

⁴ SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Ed. Unesp, 1999. Para a historiadora, o “poder do rei se constituiu na discussão política, no processo pelo qual o pacto e a soberania se elaboraram, nas práticas sociais e nos debates jurídicos, mas também implicou uma dimensão litúrgica, na qual festas, músicas, fogos, desfiles, não são apanágios ou tem um peso menor (p.36.)

⁵ LOPES, op.cit., p.46.

⁶ Idem, p.50.

⁷ Para análise de episódios na Corte, que mostram as controvérsias entre o Rei e a sociedade na realização das festas e o papel da imprensa na divulgação dos eventos, ver LOPES, op.cit., p. 47-73.

de cada evento, ocupando grande espaço em suas páginas. A prática de iluminar as residências nessas datas também era uma obrigação social dos súditos do rei e indicava, pela ótica da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a forte e maciça adesão do povo. Cotidianamente enfatizadas no periódico, “o redator procurava valorizar não a obrigatoriedade dessa participação nos festejos, mas o caráter “espontâneo” das manifestações.”⁸ Base constante desses eventos, as luminárias não se reduziam a uma simples iluminação dos principais pontos da cidade; simbolizavam, antes de tudo, um ambiente de adesão, lealdade e fidelidade ao rei. Ao comentar a publicidade da *Gazeta do Rio de Janeiro* para os festejos públicos, Lopes salienta que dessa forma o redator contribuía na promoção da figura do soberano. “A imagem de Bom Pai, zeloso da felicidade de seus súditos, surge com muita força, pois o próprio Soberano reconhecia a importância das festas e preocupava-se em manter o ‘seu povo’ entretido e fiel a ‘Sua Pessoa.’”⁹

2. A Gazeta do Rio de Janeiro: uma retórica oficial.

Diferentemente das exaltações sociais, os protestos e resistências populares eram silenciados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. A folha jamais noticiava a indiferença e as ausências dos súditos nas festividades, ou mesmo as quebras de luminárias como a ocorrida em Portugal durante as comemorações pela Aclamação de D. João VI, em 1818.¹⁰ Os fatos que ameaçavam a estabilidade do Império Português e/ou não retratassem a imagem idílica que a monarquia desejava veicular não eram divulgados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* e compuseram, ao longo do tempo, uma omissão fundamental no leque informativo do periódico. Desse modo, salta-nos aos olhos questões fundamentais sobre a natureza do trabalho do redator como profissional da imprensa.

Vinculado à arena pública, qualquer escolha editorial que fizesse estava fadada a ser alvo de comentários e reflexões dos leitores do periódico. A partir da segunda metade do século XVIII, a conscientização da

sociedade portuguesa em relação ao uso público que as pessoas privadas faziam da sua capacidade de julgamento permitiu que os indivíduos soubessem diferenciar a “opinião espontânea ou a mera discussão de posições diferentes” da nova atitude coletiva perante aos fatos políticos então ocorridos, analisa a historiadora Ana Cristina Araújo que investiga o universo da imprensa portuguesa neste período.¹¹ Nesse sentido, era essencial saber dirigir e focar o olhar para as fontes estrangeiras que circulariam pela cidade, uma vez que o periódico constituía monopólio senão da Coroa, dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O privilégio exclusivo da *Impressão Régia* pelos ministros do monarca já era uma das bases estruturais da imprensa oficial portuguesa desde 1752.¹² Portanto, é importante notarmos que, D. João VI apoiou-se nessa tradição para implantar a primeira tipografia no Brasil. “O governo não tinha só receio das obras publicadas na *Impressão Régia*, mas até de todo e qualquer papel em que se achassem exarados os caracteres de Guttemberg”¹³, motivo pelo qual a Junta Diretora reunia-se duas vezes por semana decidindo (à “pluralidade” de votos todos) os objetos relativos ao que seria publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*.¹⁴ Ler, resumir, traduzir e inserir as notícias das folhas européias no jornal era a atividade profissional do redator. Portanto, as escolhas editoriais e a circunscrição do conceito de *veracidade* eram intrínsecas às questões políticas do Império Português e, particularmente, associadas à sensibilidade dos editores do periódico, sobretudo o redator quando colocava sua pena e energia a favor da realeza.

Nesse contexto, fatos como a ação repressiva da Intendência da Polícia, as perdas do exército português durante as guerras napoleônicas, a Revolução Pernambucana, em 1817, a Revolução do Porto, de 1820, a adesão dos súditos e políticos à monarquia constitucional antes de 26 de fevereiro de 1821, as festas e revoltas escravas, a atuação dos capoeiras, entre tantos outros episódios importantes da esfera política e social eram acontecimentos que não perpassavam as páginas do jornal, senão quando as consequências políticas já se faziam presentes para além dos domínios limitados pela

⁸ LOPES, op.cit., p. 52.

⁹ LOPES, op.cit., p. 65.

¹⁰ Idem, p. 53.

¹¹ ARAÚJO, Ana Cristina, *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*, Livros Horizontes, 2003.

¹² BELO, André, *As Gazetas e os Livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Lisboa, 2001, p.40.

¹³ CABRAL, Alfredo do Valle, *Annaes da Imprensa Nacional dói Rio de Janeiro de 1898 a 1821*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1881, p.XVIII.

¹⁴ Idem.p.XXI.

realeza.¹⁵ Tal é o caso da Revolução Pernambucana que, apesar de ter tido início em 25 de março de 1817, só teve ressonância na folha em 14 de maio do mesmo ano. Vejamos como foram publicados os fatos:

Temos demorado por longo tempo a comunicar os nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos sucessos, acerca da revolta de *Pernambuco*, não tanto pelo horror que sentíamos em semelhante acontecimento, ainda que bem desejaríamos não manchar com tal atrocidade as páginas da *História Portuguesa (...)* mas para não adiantar fato, ou circunstancia alguma em coisa por sua natureza tão odiosa(...)¹⁶

Compreender a lógica e as controvérsias discursivas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, explicitando as falas dos redatores do periódico e seus múltiplos sentidos, é mergulhar em um outro tempo, cujos paradigmas eram perpassados por valores e simbologias intrínsecos à ideologia do Antigo Regime Português. Tempos de guerra contra Napoleão, tempos de restauração do poder absoluto do rei na Europa, tempos de sufocar rebeliões nas províncias... Tempos também em que exaltar o monarca, reafirmando a natureza do seu poder foi extremamente necessário, mas não o suficiente a ponto de perpetuar suas raízes absolutas. Tempos, em suma, de repensar a estrutura do Império Português e também tempo de sugerir mudanças.¹⁷ Com vínculos oficiais, a *Gazeta do Rio de Janeiro* teve contribuição fundamental nesse processo e em todos esses “tempos”. Mergulhemos, então, nos dizeres dos gazeteiros do periódico cuja responsabilidade era tecer os sentidos da palavra impressa que pouco a pouco se institucionalizava na cidade.

3. A prédica jornalista dos redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Ao final de setembro de 1808, saía a público uma das primeiras edições do periódico, a qual já sistematizava algumas das feições que a folha assumiria:

Rio de Janeiro 29 de Setembro

As notícias, que vamos apresentar ao Público, são extraídas das *Gazetas Leal Portugues e Minerva Lusitana* publicadas, a primeira na cidade do Porto, a segunda na de Coimbra, as quais trouxe o Navio *S. José Americano*, vindo do Porto em 54 dias, e que aqui chegou segunda feira passada. Nós congratulamos os nossos Leitores de bom êxito, que vai tendo a Restauração de Portugal. O exemplo e esforços de nossos Compatriotas, e da nossa Irmã Espanha, salvaram a Península e a Europa inteira.¹⁸

Ao tentar justificar a validade e a importância das notícias presentes no segundo número da *Gazeta Extraordinária*, Frei Tibúrcio José da Rocha, então redator da *Gazeta*, utilizou-se da *descrição* para sustentar seus argumentos. Para o letrado, explicitar a origem das fontes publicadas (sobretudo pelo fato de serem extraídas de *Gazetas* portuguesas) bem como mapear a trajetória interatlântica das notícias, a fim de que os “fatos” chegassem ao conhecimento de seus leitores, parece ter sido uma forma de legitimar a informação que, a partir de então, tornava-se pública. Nesse sentido, ao difundir na *Gazeta do Rio de Janeiro* a versão sobre os desdobramentos das guerras napoleônicas em solo português, Frei Tibúrcio apontava também para a constituição de um saber que marcaria a natureza das informações propaladas pelo periódico, durante o período joanino: a *parcialidade* da pena nos fatos políticos que envolviam a nação portuguesa, esta sempre exaltada, bem como o diálogo que procurou estabelecer com seus leitores, de forma a consolidar uma relação mútua de confiança.

A prática da escrita parcial da pena estava em evidente contradição com o discurso do periódico que defendia uma fala imparcial, como veremos mais adiante. Já em relação ao diálogo com os leitores, este foi feito de diferentes maneiras entre os anos de 1808 e 1821. Responsável pela confecção das notícias, o profissional

¹⁵ Especialmente no que concerne à atuação da Polícia no Rio, é fato a decisiva influência desse órgão público na cidade que, para além de organizar as rondas noturnas e patrulhas da Corte que ocorriam todos os dias, ainda controlava com especial atenção a vida dos moradores e os passos dos escravos. Segundo o memorialista Alexandre de Melo Moraes, tais medidas eram cotidianamente relatadas ao Príncipe Regente três vezes por semana pelo intendente, considerado pela sociedade uma autoridade terrível, mas que o rei era muito amigo, e em quem tinha a mais decidida confiança. BNRJ, Divisão de Manuscritos, II-30, 23, 6,7. MORÃES, Alexandre José de Melo, *Dados sobre a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real, problemas de habitação para a comitiva, vida social e política, hábitos da família real, volta para Portugal, falecimento de D. João VI e Pedro I como imperador*; S.l., s.d. Original (transcrição feita por Cecília Coelho, maio de 2001), p.116.

¹⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 14/05/1817, N° 39.

¹⁷ Durante o período joanino, muitos foram os fatos políticos que compuseram o quadro de transformações sociopolíticas e culturais do Antigo Regime Português na sociedade luso-brasileira: a redefinição da natureza do poder real e os meios mais viáveis da condução do Império perpassavam os questionamentos dos súditos: a Revolução Pernambucana de 1817, a revolta de *Gomes Freire* em Lisboa no mesmo período e a Revolução do Porto, em 1820 demonstravam a insatisfação dos súditos e a fragilidade do sistema absolutista.

¹⁸ *Gazeta Extraordinária do Rio De Janeiro*, 29/09/1808, N° 2.

das letras explicitava essa interlocução ao anunciar as informações que denominava de interesse público ou que “atendiam a curiosidade do leitor.” Em geral, sua fala centrava-se em descrever suas atividades e escolhas editoriais, avisando sobre a chegada dos navios que traziam novas folhas européias, informando quais as *Gazetas* e artigos estavam sendo editados e também explicando as razões da ausência de determinadas notícias, que seriam, muitas vezes, inseridas nos números subsequentes. Vejamos:

Rio de Janeiro 18 de Outubro

Por um Navio *Inglês* vindo ultimamente de *Liverpool*, recebemos uma folha de 29 de Julho contendo os dois Boletins *Franceses*, que se seguem. Nós os ingerimos (sic) neste Número para satisfazer a curiosidade pública, não obstante irem desacompanhadas dos fatos precedentes, que os fizeram existir, e que ignoramos completamente mas que supomos ser uma Batalha citada no Boletim 28º com o nome de *wagram*, que receamos fosse funesta aos *Austriacos*, pois os fez assinar o Armistício com algumas condições onerosas

(...)

Advirtam os nossos Leitores que essas notícias são inteiramente *Francesas*, e que em todo o caso, para decidir nosso juízo, é mister ouvir os *Austriacos*. Esperamos com ansiedade essas notícias.¹⁹

Ao descrever o percurso e a natureza das informações fornecidas pela fonte inglesa e ressaltar que nelas estavam publicados boletins franceses, o redator direcionava o olhar dos leitores alertando-os de que os inseria “somente com o intuito de saciar a curiosidade do público.” Para além de focar a atenção em um determinado sentido, sua fala também assumia a ignorância sobre os fatos políticos ocorridos; na prática uma atitude plenamente justificável tanto para a *Gazeta* enquanto

periódico, quanto para seus interlocutores que viviam no Brasil: uma vez que as artimanhas militares se delineavam do outro lado do Atlântico, não era possível conhecer todos os detalhes dos conflitos, nem tampouco publicar os documentos que comprovavam os acordos da guerra.

Marcar posição diante dos fatos *supostamente* sucedidos era uma estratégia absolutamente pertinente aos objetivos da folha até porque esse era um dos aspectos que a qualificava como fonte jornalística. Na acepção da época, o sentido de curiosidade estava intrinsecamente associado à idéia de “cuidado, e diligência particular”, com o propósito de “saber, de ver para fazer bem a alguma coisa”, esclarece Moraes e Silva.²⁰ Assim, ao pressupor o interesse dos interlocutores pela ótica da curiosidade, Frei Tibúrcio objetivava restringir as múltiplas interpretações que podiam ser extraídas dos documentos franceses e, implicitamente, convidava os leitores a fazer uma leitura cuidada. O “bom resultado” dessa atividade significava, no caso, um julgamento parcial a favor da fala dos ingleses.

Se a fala do redator foi cotidianamente impressa nas páginas da *Gazeta* sendo uma ponte importante no delineamento do tipo de diálogo que travava com seus leitores, é fundamental advertirmos que o exercício da oratória e da retórica teve papel fundamental nesse processo. Como bem definiu Nizza da Silva, a oratória foi uma arte que ocupava um lugar privilegiado no Rio de Janeiro no início do século XIX, expressando-se, sobretudo, na preleção religiosa e política, cuja finalidade era a persuasão do interlocutor.²¹ De acordo com a historiadora, o “discurso político recorria, portanto, aos variados artificios da retórica clássica e fazia-o de forma consciente, a fim de facilitar a comunicação, e também de forma *natural*, pois no sistema cultural de então não se concebia uma linguagem política sem o uso constante da linguagem figurada. A expressividade era o objetivo a alcançar, e só o domínio da arte retórica garantia um discurso político expressivo.”²²

A prédica jornalística da *Gazeta do Rio de Janeiro* utilizava-se de muitos recursos da eloquência política para “dialogar” com seus leitores. A descrição, a interrogação, o ornato da linguagem, a personificação e a comparação

¹⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 18/10/1809, Nº 115.

²⁰ SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario de Lingua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, p.505, v.2.

²¹ Em 1818 foi publicado no Rio de Janeiro o *Breve exame de pregadores, pelo que pertence a arte da retórica*, extraído da obra *O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério*, de autoria do Padre Inácio Felizardo Fontes. Para uma análise sistemática da obra, ver NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Cia Nacional, São Paulo, 1978, p.173.

²² NIZZA DA SILVA, *Cultura e sociedade...*, op.cit., p.179.

constituíam aspectos importantes dessa técnica no discurso do jornal, cujo objetivo era sustentar a estrutura argumentativa em prol do convencimento. Geralmente, porém, o discurso do redator tentava deixar a cargo dos leitores a responsabilidade acerca da imagem que fariam dos fatos. Ou seja, como “formador de opinião”,²³ o gazeteiro também mantinha uma astuciosa estratégia de persuasão: mesmo colocando-se *parcialmente* diante das fontes, tentava consolidar a idéia de que era importante ouvir as outras versões dos acontecimentos; no caso os *inimigos* franceses e os *aliados* austríacos, que desde outubro de 1808 pediam subsídios aos ingleses para endossar a guerra contra a França.²⁴

Nesse contexto, é mister lembrarmos que todos os redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro* eram profundos conhecedores da arte retórica. Frei Tibúrcio José da Rocha, primeiro editor da *Gazeta*, era franciscano; Manuel Francisco de Araújo Guimarães, seu sucessor, além de professor e matemático tinha grande aspiração para a carreira política;²⁵ e Francisco Vieira Goulart, último editor da *Gazeta* no período estudado, era cônego, docente de humanidades e bibliotecário. A habilidade discursiva desses três homens de letras provavelmente balizou a escolha de D. João VI ao nomeá-los para este exercício de tamanha responsabilidade. De 1808 a 1821, coube a esses três letrados a tarefa de transmitir com impacto as informações que o rei desejava que fossem veiculadas para seus súditos.²⁶

4. O Discurso sobre a utilidade dos Papéis públicos na presente guerra e a concepção de imprensa nascente no Império Português (1808-1814).

Em 29 de abril de 1809, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava um curioso artigo. Intitulado *Discurso sobre a*

utilidade dos Papéis públicos na presente guerra, o extenso texto dissertava sobre a natureza dos escritos públicos e a importância que esse tipo de “papel” adquiria no Império Português em meio às convulsões políticas provocadas pelas guerras napoleônicas na Europa, particularmente, em Portugal e Espanha.

(...) uma Nação, que não conhece o seu estado político, nem suas forças nem recursos ordinários, e extraordinários, e que não está intimamente persuadida da Sabedoria e do Patriotismo de seus Chefes, quase nunca deixa de ser vencida: por outras palavras, quando os Escritos públicos e o mesmo Governo não sabem fazer da Guerra, em que se luta, uma guerra nacional tudo se faz à força e mal.

(...)

Estes mesmos princípios se devem atualmente aplicar a *Portugal*, e a *Espanha*: é preciso, que os Escritos periódicos dessas duas Nações desmascarem os crimes, e as intrigas do inimigo comum: é necessário que instruem os povos acerca da sua verdadeira situação, e da sua força, e recursos irresistíveis, mas é igualmente necessário que ao mesmo tempo lhes digam, que estes grandes recursos e esta força não é irresistível, senão quando as Nações tenham uma confiança cega, e inteira no seu Governo, e nos seus Chefes (...)²⁷

Em um explícito diálogo com os súditos de D. João VI, o teor do documento refletia sobre os rumos necessários que o Império Português deveria seguir para se sair vitorioso da guerra contra Napoleão e os invasores franceses. Escrito por Soares Franco, professor de medicina

²³ Utilizamos um termo contemporâneo por falta de outra expressão que contenha o mesmo sentido da atividade de redator no período joanino que também tinha por objetivo contribuir para o debate de questões políticas, formando opiniões.

²⁴ Para melhor compreensão da participação da Áustria no conflito durante as Guerras Napoleônicas ver GODECHOT, Jacques, *Europa y América en la época napoleónica* (1800-1815), Ed.Labor, Barcelona, 1969,p.116.

²⁵ Sobre os aspectos biográficos de Araújo Guimarães, em relação à sua carreira política sabemos que ele “tomou assento na constituinte brasileira como deputado da Bahia em 1823, e serviu na comissão de marinha e guerra. Foi nomeado deputado da Junta de Direção da Academia Militar, em 1823; deputado de inspeção da Tipografia Nacional, em 1824, e tomou de novo a redação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, , informa-nos Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro *Sacramento Blake*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900, vol.6, p.75.

²⁶ Para uma melhor análise sobre aspectos da formação da retórica no Brasil ver artigo de CARVALHO, José Murilo de, “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, *Topoi*, Rio de Janeiro, n° 1, pp.123-152, em que o autor ressalta a importância de Silvestre Pinheiro Ferreira, diretor da *Impressão Régia* no período, importante conselheiro e mais tarde ministro de D. João VI, que abriu um curso de filosofia e de teórica do discurso e da linguagem. Como afirma o autor “ Não tendo encontrado manuais adequados, redigiu ele mesmo um compêndio publicado entre 1813 e 1820 sob o título de *Preleções Philosophicas*”, cuja visão de retórica muito se assemelhava a de Verney, frade português oratoriano da primeira metade do século XVIII.

²⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 29/04/1809, N° 66.

em Coimbra e então redator da *Gazeta de Lisboa*, esse texto já era de conhecimento no Reino, pois fora publicado no periódico oficial, em 6 de janeiro de 1809.²⁸ No artigo, Franco esclarecia seus leitores acerca da necessidade de transformação das relações de natureza política entre o poder público e a nação: defendia uma batalha coletiva de caráter nacionalista, ressaltando que a absoluta confiança dos súditos em seus dirigentes era a base dessa luta.

O alcance desse objetivo que deveria se tornar comum a todos que vivessem sob o Império Português perpassava, necessariamente, pela redefinição do papel da imprensa, que ganhava uma nova dimensão: como explicitava o autor, os periódicos e escritos públicos tinham agora a função de informar e instruir o povo sobre as condições de guerra para que, “cientes” da direção dos acontecimentos, defendessem tenazmente o território português e a Monarquia. Nesse sentido, notamos que a imprensa oficial portuguesa tornava-se um importante sustentáculo político da Coroa, passando a circunscrever um espaço original de reflexões, uma vez que a *Gazeta de Lisboa* era tradicionalmente considerada uma folha de pouca credibilidade.²⁹ De acordo com o historiador João Luís Lisboa, essa transformação da imprensa oficial vinha ocorrendo desde a década de 1790, sobretudo depois da Revolução Francesa, quando os textos políticos ganhavam uma outra dimensão:

De instrumentos de transmissão de experiências e conhecimentos para círculos restritos, os textos políticos transformavam-se em meios de agitação e mobilização, quer se tratasse de levantar os ânimos dos súditos europeus contra os “monarcómacos” e republicanos franceses, quer se tratasse de iniciativa de caráter preventivo interno.³⁰

Para o historiador, esse momento teve dois sentidos: tanto para o publicista “que descobre a importância e mesmo o perigo da opinião pública” quanto para os leitores que – com os acontecimentos da revolução - começam a ter uma nova percepção do universo da política e se interessam por “ler e informar-se sobre o que se passa.”³¹ Se no final do século XVIII, as modificações no ato de conceber o texto e a leitura política já se faziam presentes em Portugal, a Guerra Peninsular só veio contribuir para essa situação, uma vez que o período “é uma zona de explosão do interesse febril pelo texto político.”³² Nesse contexto, segundo o pesquisador, fazia-se mister também a re-interpretação do poder real para com essas questões que passava a concebê-las de maneira a englobar o apoio da sociedade agora mais incisivamente pelo uso da palavra. Era a autonomização do político por parte do Antigo Regime, que dessacralizava esse tipo de leituras elevando-as à categoria de “assunto de “a Nação” de cujos interesses, naturalmente o Príncipe faria a síntese”, sendo que nessas circunstâncias o monarca, muitas vezes, necessitava “de apoios mais expressos por parte da comunidade e de estar a construir a convicção do papel político da Nação, nomeadamente interessando-se e lendo material sobre a vida política.”³³

Tal situação pode ser evidenciada também na leitura *Gazeta de Lisboa* durante as guerras napoleônicas, como atesta a historiadora Sandra Ataíde Lobo. Segundo a pesquisadora, entre os anos de 1808 e 1812, sobretudo, os temas referentes a Portugal tornaram-se proeminentes no periódico oficial português e o redator passou a compreender o seu papel como um “compromisso com a verdade, e tendo por missão ilustrar o ‘espírito público’.”³⁴ Com isso seus escritos tinham um viés opinativo e interativo com o leitor, em uma clara postura parcial e interventora diante dos fatos políticos e militares do Império.³⁵ Como ressalta Lobo, “o esforço de renovação

²⁸ *Gazeta de Lisboa*, 1º Supl. ao nº.1, 06.01.1809. Soares Franco foi redator da *Gazeta de Lisboa* entre dezembro de 1808 a junho de 1812.

²⁹ De acordo com a historiadora Sandra Ataíde Lobo, “Era consensual nos círculos ilustrados coevos que a imagem da *Gazeta de Lisboa* como periódico de baixíssima qualidade que, emanado do poder, ou pelo menos a ele submetido, trabalhava no ocaso do antigo regime para a alienação de um mundo em mudança. Conjugava-se a ela com a realidade de redatores anônimos, sem direito a opinião, ou sequer a emergir do palco dum noticiário estritamente controlado pelo rigor censório” LOBO, Sandra Ataíde, “A *Gazeta* de Francisco Soares Franco: um redator em guerra”, in *Cadernos de Cultura*, nº 4, tema: *Gazetas: informação Política nos finais do Antigo Regime*, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002, p.75.

³⁰ LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p.162.

³¹ Idem, p.162. Joel Serrão faz uma síntese da imprensa portuguesa no fim do século XVIII: “A medida que se avançava no último quartel do século XVIII crescia a fermentação revolucionária, que mais se agravou após a Revolução Francesa. Como meio de agitação e esclarecimento das idéias, a literatura panfletária assumia grande importância. Por isso sofria sucessivos e duros golpes da repressão (...) Mas a vigilância, por muito apertada que fosse não podia abafar o influxo das idéias revolucionárias e o poder e o interesse crescente da imprensa pelos problemas da governação pública.” SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, vol.III, verbete “Imprensa”, p.251.

³² LISBOA, João Luís, *Ciência e Política ...*, op.cit., p.164.

³³ Idem, p.163.

³⁴ LOBO, op.cit.p.77.

³⁵ Idem, pp.76-82. Ao analisar as transformações ocorridas na leitura e no universo da imprensa portuguesa a partir da década de 1790, o historiador João Luís Lisboa afirma: “A partir do momento em que os jornais passam a fornecer opiniões e informações aprofundadas sobre assuntos do governo e da administração, da orientação fiscal e econômica, definindo conceitos e linguagens próprios, já não é normal considerar como “político”, um periódico que preferencialmente se ocupe das notícias de cortes. Contudo, trinta anos antes a *Gazeta de Lisboa* era considerada um órgão político por esse mesmo motivo” LISBOA, *Ciência e Política ...*, op.cit.p.195.

empreendido pelo professor Conimbricence é perceptível tanto pela análise dos conteúdos do jornal, como pelos anúncios, insertos no corpo ou publicados em forma de prospectos, com os quais ia notificando os assinantes, habituais e potenciais dos planos para o futuro.”³⁶

Como vimos, tais aspectos podem ser observados também no tipo de imprensa praticada pelos diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro*.³⁷ Era política do periódico os editores notificarem seus assinantes na seção de “Avisos” sobre as datas de renovação do jornal, abrindo espaço para que estes expusessem suas possíveis insatisfações referentes ao serviço prestado durante o semestre.³⁸ Ao publicar em abril o mesmo artigo veiculado pela *Gazeta de Lisboa* em janeiro, sobre a importância dos papéis públicos, a *Gazeta do Rio de Janeiro* demonstrava que além de comungar das mesmas idéias de Soares Franco, ainda possuía uma vertente editorial semelhante à do periódico português.³⁹ Entretanto, diferentemente do periódico português, a *Gazeta do Rio de Janeiro* já nascia com tais

características, apontando que essa concepção de imprensa já vinha sendo gestada desde o final do século XVIII. Em 1803, por exemplo, em meio às discussões da política externa, Lúcia Neves observou que D. Rodrigo de Souza Coutinho “aconselhava a preparar a opinião pública para a proximidade de uma guerra, através de ações de propaganda ‘nos púlpitos, nos confessionários’, ‘pelos magistrados’ e por diversos ‘folhetos’ impressos em forma de ‘gazetas ou papéis volantes’”⁴⁰, com o objetivo de retratarem os mais obscuros ideais dos franceses. Com o rei habitando as possessões americanas, e com Souza Coutinho à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra até 1812, repartição à qual pertencia a propriedade da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a atenção e a confecção da palavra oficial do Estado Português tinham de ser bem arquitetadas uma vez que o periódico circularia em ambos os lados do oceano com objetivos bem delimitados pelos ministros de Estado e a realeza.⁴¹

³⁶ LOBO, op.cit.,pp. 82-83.

³⁷ A estrutura do periódico foi detalhadamente apresentada e discutida no Capítulo 1 dessa Dissertação. No capítulo presente e também no capítulo 3 trabalharemos a estrutura discursiva e os conteúdos abordados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, e as relações a ele intrínsecas.

³⁸ “Devendo principiar em Julho do presente ano a nova assinatura para a *Gazeta do Rio de Janeiro*, faz-se saber ao Público, que ela se fará pelos últimos meses de Julho até Dezembro inclusive, segundo a prática geral a semelhante respeito as pessoas que quiserem assinar, dirigir-se-ão á Loja da *Gazeta*, onde farão sabidos seus nomes e moradas, e darão logo o preço de 5000 reis, devendo continuar a receber tanto as *Gazetas* ordinárias, como Extraordinárias. Os Senhores assinantes que possam ter algum motivo de queixa sobre a entrega regular dos Números, ou alguma outra razão, dirigir-se-ão a dita loja, para se lhe darem as convenientes providencias.” *Gazeta do Rio de Janeiro*, 27 /06/1810, Nº 51. Esse informe foi utilizado como modelo pelo jornal durante todo o período joanino.

³⁹ De acordo com Lúcia Neves, a veiculação desse texto em Lisboa, para além de refletir a opinião do poder, tinha o claro objetivo de “transformar a imprensa em instrumento de poder, mas destinado a propagar valores pautados na proposta de uma monarquia de Antigo Regime.” NEVES, *As representações Napoleônicas...*, op.cit.,p.187.

⁴⁰ APUD NEVES, *As representações Napoleônicas ...*, op.cit.,p.188.

⁴¹ De acordo com Valle Cabral, em 1809, construiu-se um prelo de madeira no Rio especificamente para a *Impressão Régia*. Com o objetivo de perpetuar a memória dessa obra de arte, era impressa no dia de sua estréia a seguinte inscrição, no alto das armas portuguesas: “A IMMORTALIDADE DO REAL E SEMPRE AUGUSTO NOME DO PRINCIPE REGENTE N.S HE DEDICADA A ESTREA DO PRIMEIRO PRELO CONSTRUIDO DA AMÉRICA DO SUL NO RIO DE JANEIRO NO ANNO DE M.DCCC. IX.” Valle Cabral, op.cit.,p.XIX-XX. Inscrição esta que sintetizava a relação de compromisso e benevolência do rei para com os seus súditos, ao introduzir a imprensa no Brasil.